

Revista de Arqueologia Pública

ARTIGO

ARQUEOLOGIA E A GUERRILHA DO ARAGUAIA OU A MATERIALIDADE CONTRA A NÃO NARRATIVA

Rafael de Abreu e Souza

Dossiê

No. 10
ISSN 2237-8294
dezembro de 2014

ARQUEOLOGIA E A GUERRILHA DO ARAGUAIA OU A MATERIALIDADE CONTRA A NÃO NARRATIVA

Rafael de Abreu e Souza¹

RESUMO

Neste artigo, utilizo o exemplo das buscas pelos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia para levantar questões, mais do que fechá-las, sobre a potencialidade da arqueologia em contextos associados à repressão orquestrada pela ditadura militar brasileira. Parto do pressuposto de que a arqueologia, reivindicando a si o estudo da materialidade, opõe-se diametralmente à não narrativa perpetrada pelo ostensivo silêncio oficial sobre os eventos ocorridos. Enquanto ferramenta política, dialógica a construção de memórias materiais, a Arqueologia da Repressão e da Resistência é uma autoarqueologia, plural, do crível e do vivível.

Palavras-chave: Arqueologia do Passado Contemporâneo; Arqueologia da Repressão e da Resistência; Guerrilha do Araguaia; Narrativa.

ABSTRACT

In this article, I use the example of the search for the missing of the Araguaia Guerrilla to raise questions, rather than close them, about the potential of archeology in contexts associated to repression orchestrated by Brazilian military dictatorship. I assume that archeology, claiming itself the study of materiality, diametrically opposed to non-narrative perpetrated by official ostensibly silence about past events. As a political tool, dialogic to the construction of material memories, repression and resistance archaeology is a kind of auto-archaeology, plural, possible, credible and liveable.

Key-words: Archaeology of Contemporary Past; Arqueologia of Repression and

¹ Arqueólogo. Doutorando em Ambiente e Sociedade pelo NEPAM/UNICAMP, pesquisador do Grupo de Arqueologia da Repressão e da Resistência CNPq/IFCH/UNICAMP. Doutorando em Arqueologia pelo MAE/USP. E-mail: rafaelabreusouza@gmail.com

Resistance; Araguaia Guerrilla; Narrative.

RESUMEN

En este artículo utilizo el ejemplo de las búsquedas de los desaparecidos en la Guerrilla del Araguaia para levantar interrogantes, más que para concluirlos, sobre la potencialidad de la arqueología en contextos asociados a la represión orquestada por la dictadura militar brasileña. Parto del presupuesto de que la arqueología, reivindicando en sí el estudio de la materialidad, se opone diametralmente a la no narrativa perpetrada por el evidente silencio oficial sobre los eventos ocurridos. Como herramienta política y dialógica en la construcción de memorias materiales, la Arqueología de la Represión y de la Resistencia es una autoarqueología, plural, de lo creíble y de lo vivido.

Palabras-clave: Arqueología del Pasado Contemporáneo; Arqueología de la Represión y de la Resistencia; Guerrilla del Araguaia; Narrativa.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a Arqueologia tem sido chamada a auxiliar nas investigações em torno do desaparecimento de pessoas como estratégia do terrorismo de estado² das ditaduras e regimes totalitários. No Brasil, esta entrada, todavia, não tem ocorrido sem questionamentos, de ordem interna e externa, à própria Arqueologia: internamente, as problemáticas em torno de sua própria consolidação (CALDARELLI, MENDONÇA de SOUZA, 1997; BEZERRA, 2008) e da necessidade de valorização de campos pouco populares entre os pesquisadores brasileiros, como a Arqueologia Histórica e a Bioarqueologia; externamente, a constante necessidade de reafirmação de seus conhecimentos em nichos dominados por profissões consolidadas a que um senso comum atribui *status* elevado, como a medicina e o direito (FREIDSON, 1995). Concomitantemente, assiste-se a alguma distorção no sentido dos termos “antropologia” e da alcunha “forense”.

Por outro lado, desde os anos 1990, arqueólogos têm ressaltado o papel da Arqueologia como ferramenta potencial na produção de narrativas alternativas aos discursos hegemônicos oficiais (ROWLANDS, 1994; PLUCIENNIK, 1999; FUNARI, 2002; HODDER, 2003; KOJAN DANGELO, 2005). Contudo, como a Arqueologia pode colaborar quando não existe um discurso oficial, ou melhor, quando ele é uma

2 Utilizo a expressão “terrorismo de estado” para o regime de violência instaurado pelo governo, quando um grupo político deteve o poder utilizando-se do terror como instrumento de governabilidade (BAUER, 2006, 2011).

não narrativa³ (LANGDON, 1993; BOHES, 2000)? Os densos silêncios deixados pelo regime militar vêm sendo substituídos por narrativas, no sentido dado por White (1995), enquanto representações ordenadas e coerentes de eventos, em tempo sequencial, especialmente produzidas por aqueles que lutaram e opuseram-se (MARTINS FILHO, 2003). Vale lembrar que até o momento não conta-se com versão oficial das Forças Armadas sobre episódios do período, como os da Guerrilha do Araguaia.

A tal silenciamento, a essa ausência de relatos orais, documentos escritos ou iconográficos, a ausência de narrativa, de uma coerência de episódios conhecidos, prostra-se o potencial investigativo da materialidade, sobre a qual debruça-se o arqueólogo (OLSEN, 2003). O papel da Arqueologia tecendo reflexões teóricas sobre a repressão, memórias e usos do passado, na busca e identificação de pessoas assassinadas e na investigação da materialidade do aparato repressivo orquestrado pelo Estado (ZARANKIN, SALERNO, 2008), pode trazer à tona feitos inenarráveis, desconhecidos, problematizados em seus regimes de verdade, construindo, assim, “memórias materiais” da repressão e da resistência (ZARANKIN, NIRO, 2010).

O Brasil entrou bastante tarde neste processo. O contexto político da redemocratização do país fora determinante para a conformação das dinâmicas da chamada “justiça de transição” – respostas às violações sistemáticas ou generalizadas aos direitos humanos (SCHINCARIOL, 2011). As especificidades da justiça de transição brasileira, em sua notável divergência histórica comparada a processos como os da Argentina, retardaram revisitas a este passado (como a sistemática busca pelos desaparecidos) e o reconhecimento de seus crimes (REÁTEGUI, 2011).

Essencialmente interdisciplinar, a Arqueologia (em sua relação com a Antropologia e a História) tem buscado contribuir com diálogos, por vezes difíceis, com as ciências médicas e jurídicas (SILVA et. al., 2012) e com o Estado e sua máquina burocrática (GAUER et. al. 2008), no âmbito das discussões sobre direitos humanos, memória e justiça (GASSIOT et. al., 2007). O caráter social da Arqueologia reforça a necessidade de compreender práticas como a do desaparecimento forçado, usual política dos regimes ditatoriais, a partir de abordagem social e flexível, apostando nas categoriais êmicas dos atores envolvidos e fornecendo elementos para a construção de narrativas às vítimas, aspectos que faltam às ciências forenses, as quais pouco ultrapassam as esferas científicas e a rigidez acadêmica (BARAYBAR, BLACKWELL, no prelo).

3 Adoto aqui o conceito de “não narrativa” para referir-me à situação sobre a qual sabe-se que algo fora do comum aconteceu, mas da qual ninguém fala sobre, contribuindo indiretamente para posteriores e concomitantes impunidades e não resoluções (LANGDON, 1993; BARTHES, 2008).

A contribuição da Arqueologia para questões contemporâneas é dialógica ao processo pelo qual tem passado, no sentido de perspectivas descolonizadoras (SAID, 2003; BHABHA, 2003; BOSI, 1992; CHAKRABARTY, 2000; GNECCO, 2009; ATALAY, 2006; HABER, 2009; OLAND, HART, FRINK, 2012; GOSDEN, 2004) e preocupações com suas dimensões públicas (LIPE, 2002; MCMANNAMON, 2000; HOLLOWELL, NICHOLAS, 2009; COLWELL-CHANTHAPHON, 2009; CARVALHO, FUNARI, 2009) frente a seu reconhecimento enquanto ferramenta política (TRIGGER, 1984; MCGUIRE, 1999; FERREIRA, 2011; KOHL, 1998; MESKELL, 1998). Neste sentido, a Arqueologia vem se inscrevendo no conjunto de práticas sociais, dos regimes democráticos, de revisão do passado, propondo memórias, reivindicando direitos políticos e desvelando paisagens de terror (*landscapes of terror* ou *terrscapes*) (MULLINS, 2012) relacionadas a episódios opressivos pouco conhecidos (MAGUIRE, CARVALHO, 2013).

A fim de enveredar por algumas das problemáticas apontadas nesta pequena introdução, trago como exemplo as possibilidades de arqueologia no contexto da Guerrilha do Araguaia enquanto arqueologia do conflito supermoderno do século XX (GONZALEZ-RUIBAL, 2008), como autoarqueologia, plural (pois essencialmente interdisciplinar e pública), possível (uma vez que ultrapasse a máquina burocrática, os interesses políticos, os campos acadêmicos e parta de paradigmas específicos), do crível (para que não se esqueça) e do vivível (para tornar praticável a vida de muitos). Meu objetivo também é apresentar algumas reflexões sobre como a arqueologia tem se relacionado com o quadro forense e com estudos sobre o aparato repressivo do Estado, e suas consequências, partindo do contexto da Guerrilha do Araguaia para levantar potencialidades à análise da materialidade como arma às não narrativas: isto é, a Arqueologia oposta à ausência de discursos oficiais e, por isso, muitas vezes, a única narrativa possível sobre determinados fenômenos e processos (Gonzalez-RUIBAL, 2008).

AUTOARQUEOLOGIA DO SÉCULO XX

Os anos 1980 marcam uma nova Arqueologia para a América Latina (POLITIS, 2003; ZARANKIN, SALERNO, 2008). O fim dos regimes ditatoriais acarretou movimentos de abertura em prol da recuperação de informações sobre direitos usurpados durante os anos de repressão. Neste contexto, a Arqueologia ganhou peso na produção de conhecimento sobre o período e na luta para que se encontrassem mecanismos de reparação jurídica (CARVALHO, FUNARI, 2009).

Debruçar-se arqueologicamente sobre a ditadura militar é explorar os mecanismos

opressivos e o aparato repressivo do Estado àqueles que se opuseram ao regime (ZARANKIN, FUNARI, 2009) e refletir sobre a própria produção intelectual do período (ZARANKIN, FUNARI, 2008). Também é uma forma de autoarqueologia, um mergulho à genealogia material (GONZALEZ-RUIBAL, 2008) de nossa própria identidade, não simplesmente enquanto “herdeiros” da luta pela democracia e de processos iniciados ainda no período (como a militarização das instituições de segurança), mas como filhos, em sua acepção política e muitas vezes biológica, das lutas e resistências à ditadura militar. As paisagens de terror (MULLINS, 2012) construídas, opressivas, herdadas, continuam seu processo contínuo de ressignificação no âmbito das lutas por memórias excluídas.

A Arqueologia em contextos de repressão e resistência às ditaduras militares é exemplo do potencial de uma arqueologia do passado contemporâneo (BUCHILI, LUCAS, 2001; VOSS, 2010) que pode contar muito sobre nós mesmos ao explorar a complexidade de sentidos encruados em objetos da cultura material moderna e na gama de imagens discordantes que os acompanham (HARRISON, SCHOEFIELD, 2009), engajado-se socialmente na criação, contemporânea, de uma “memória coletiva” (RICOEUR, 2000) e de uma “memória material” (ZARANKIN, NIRO, 2010) para não esquecer (MCGUIRE, 1999; WEISSEL, 2003), ressaltando a agência das coisas (SHANKS, 1997; GOSDEN, 2005; KOPYTOFF, 2008) a partir da materialidade de um “passado familiar” (GRAVES-BROWN, 2000).

Afinal, o que há para dizer sobre o terrorismo de Estado e as ditaduras militares que já não foi dito? Muito. A Arqueologia poucas vezes olhou para os contextos repressivos, também em claro domínio da antropologia forense sobre as demais dimensões da Arqueologia (GONZALEZ-RUIBAL, 2008; GONZALEZ-RUIBAL et. al., 2010). Além disso, externamente, predominam, no quadro interpretativo da Guerrilha do Araguaia, comunidades epistêmicas (HAAS, 1992) de historiadores, sociólogos e jornalistas, por um lado, e, por outro, de médicos legistas.

Apagados, negligenciados ou esquecidos, contextos de ocupação dos novecentos são submetidos a “coletas seletivas” em escavações que tendem a discriminar matérias-primas: os vestígios poliméricos (plásticos e demais polímeros sintéticos) são aqueles que mais sofrem, não coletados em prol de materiais clássicos arqueológicos, como cerâmicas e líticos. A não coleta desses artefatos gera um recuo cronológico quando da aplicação de ferramentas para datação relativa, alimentado por nossa dificuldade na identificação dos materiais do século XX, dentre outros problemas.

No Brasil, a área ainda é bastante tímida, associada à própria imagem da Arqueologia ligada ao estudo de um passado recuado (*deep past*) e na crença de que os documentos escritos e os relatos orais são suficientes para a percepção de determinados

processos (GONZALEZ-RUIBAL, 2006). Uma vez que o número de desaparecidos no Brasil não é fechado e o total de vítimas da violência ditatorial é desconhecido, ou não reconhecido, quantos são os desaparecidos no país? Quem quer que vá ao Bico do Papagaio, ou acompanhe notícias e a produção científica sobre a região, sabe que a incidência da violência do Estado no local é anterior aos anos 1970 e continuou para além dos anos 1980 (NOSSA, 2011; PEIXOTO, 2011).

A Arqueologia tem reforçado seu potencial como construtora de narrativas (KOJAN, DANGELO, 2005) a períodos sobre os quais seus métodos são implacáveis em tornar públicos processos passados marcados pela ausência de fontes escritas, poucos relatos orais, mas certamente enorme abundância de fontes materiais. É por uma autoarqueologia, e pelo fato de que a narrativa, por definição, só pode ser narrada em primeira pessoa (FIORIN, 1995), que utilizo a primeira pessoa do singular neste artigo, contra a aparente esquizofrenia do falar acadêmico e no intuito de inclusão do leitor (ARAÚJO, 2003; JOYCE, 2002), reconhecendo que, enquanto sujeito, a memória da ditadura militar também é a minha, como brasileiro, nascido no século XX, herdeiro, político e biológico, daqueles que lutaram contra o regime militar.

ARQUEOLOGIAS PLURAIS E NÃO NARRATIVAS

Uma Arqueologia da Repressão e da Resistência da Guerrilha do Araguaia deve partir da premissa da arqueologia no plural - arqueologias - reconhecendo que não existe “o” passado, mas muitos passados, e valorizando a ampla gama de abordagens, pontos de vista e particularidades a determinadas temáticas (ZIMMERMAN, 2006). Pluralizando a arqueologia, é possível realizar uma arqueologia da guerrilha do Araguaia questionando quatro frentes: problematizando as diversas áreas da própria arqueologia que podem contribuir com as pesquisas, a formação dos arqueólogos e antropólogos no país e a quebra da comunidade epistêmica estabelecida pela medicina legal no contexto forense e, finalmente, o estabelecimento de linhas comunitárias, públicas e participativas, menos hierárquicas e colonialistas, em torno do conhecimento produzido.

Uma Arqueologia da Guerrilha do Araguaia deve problematizar memória e narrativa, ambos *locus* de disputa e conflitos envolvendo os usos do passado (HERING, 2002; MARTINS FILHO, 2003). Os silêncios e os regimes de verdade relacionados às narrativas e discursos produzidos sobre as conseqüências do terrorismo de estado estão no cerne dos relatos e das histórias produzidas sobre as ditaduras latino-americanas. Uma vez que o extinto regime militar nunca manifestou versão oficial sobre o conflito, as narrativas a serem produzidas pela Arqueologia em contextos

repressivos, neste âmbito, tornarão possível e inteligível pensar nossas vidas e a nós mesmos historicamente (BROCKMEIER, 2002; ARENDT, 2008), quebrando silêncios e não permitindo impunidades. A Arqueologia pode construir memórias, mais do que rebater discursos hegemônicos, uma vez que estes são, justamente, não narrativas. Assumir que a Arqueologia produz narrativas a partir da materialidade, considerando que toda ação humana deixa marcas materiais, é reconhecer, portanto, que ela opõe-se, diametralmente, às não narrativas e ao paradoxo do “apagamento de vestígios”.

As lutas pelo direito de não esquecer, ou não deixar esquecer e não se repetir, têm sido, igualmente, um norte à presença da Arqueologia e seu auxílio na construção de outras narrativas aos eventos, ao produzir memórias materiais (ZARANKIN, NIRO, 2010). Vale lembrar que a etimologia da palavra latina forense é *foro*, um dos sentidos para *público e manifesto* (GASSIOT, 2012). Sendo assim, um dos objetivos da Arqueologia Forense, e não apenas da Arqueologia da Repressão e da Resistência, está relacionado às reflexões sobre a memória, as possibilidades de pluralizá-la (CARVALHO, FUNARI, 2009) e de converter o oculto em público, para, a partir daí, ser objeto de deliberação judicial (GASSIOT, 2012).

No país, no entanto, o contexto político e a confrontação legal com as “injustiças do passado” tardaram processos deflagrados décadas antes em outros países. Mesmo com o legado dos julgamentos de Nuremberg e da Guerra Fria (TEITEL, 2003), foi somente com o final dos anos de 1990 que a “justiça de transição” efetivamente teve ações práticas no Brasil, ancorada nos processos de globalização que a tomaram enquanto paradigma do Estado de direito, sob influência da criação de tribunais para julgamentos de crimes de genocídio derivados dos conflitos nos Bálcãs e em Ruanda (SILVA FILHO et. al., 2013).

Finalmente, uma “arqueologia no plural”, com abordagens participativas, comunitárias e públicas, norteando processos de buscas e pesquisas em contextos repressivos, não deve ser confundida com “interdisciplinaridade”. Uma equipe composta por diversos profissionais pode ser tão excludente quanto uma equipe disciplinar e nada pública. O Grupo de Trabalho Tocantins (GTT), criado pelo Ministério da Defesa para as buscas no Araguaia, em cumprimento a determinação da 1ª Vara Federal do Distrito Federal, por exemplo, não incluiu a participação de familiares de desaparecidos; com a reformulação do processo, resultando na criação do Grupo de Trabalho Araguaia (GTA), e coordenação interministerial, contando com o Ministério da Justiça e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o quadro alterou-se, apesar da queixa sobre a qualificação técnica e a constante presença do Exército Brasileiro (CARVALHO, FUNARI, 2009). “Participação” claramente não quer dizer quebra de hierarquias de conhecimentos ou efetivo envolvimento de diferentes sujeitos

de igual forma no processo; a Equipe Peruana de Antropologia Forense (EPAF), por exemplo, organiza cursos, para famílias e comissões, de antropologia forense, no intuito de “empoderamento”, igualmente atentos ao fato de que a linguagem técnica pode ser utilizada como arma, tal qual a burocracia, para ludibriar, controlar e solidificar discursos aparentemente inquestionáveis, já que “objetivos e “neutros”.

ARQUEOLOGIAS CRÍVEIS

Fazer uma arqueologia da Guerrilha do Araguaia é materializar o inacreditável, o inenarrável, no sentido de tornar crível algo que ocorreu, mas é negado, silenciado ou tornado inverossímil: uma narrativa, a partir de memórias materiais, contra não narrativas. Uma vez que a narrativa pode tornar ficcionalmente real um simulacro produzido pelo poder, sem fornecer objetos críveis (DE CERTEAU, 1994), a arqueologia pode materializar o crível. O crível é verossímil e está relacionado às possibilidades e limites das pesquisas sobre vestígios e marcas em locais relacionados à guerrilha (seja resistência, seja repressão), a nomes, números e coisas que magnetizam identidades de lugares, ou de não-lugares, como bases militares e campos clandestinos de prisão, tortura e assassinatos. Pesquisar o crível também é encarar, em seus regimes de verdade e fluxos de memória, testemunhos de familiares e outros envolvidos nas lutas contra a ditadura militar brasileira, frequentemente desacreditados pela não narrativa. Foram anos de descrédito até que o poder público levantasse a possibilidade de que as denúncias do horror no Araguaia fossem críveis.

A Arqueologia, de uma forma ou de outra, sempre esteve rondando as buscas pelos desaparecidos da Guerrilha do Araguaia, já que ao longo das quase três décadas, alguns profissionais (bioarqueólogos e antropólogos físicos) foram chamados a comparecer, seja em reuniões, seja em consultas esporádicas, tanto da parte do governo como, com maior afincamento, dos familiares. A presença oficial e sistemática de arqueólogos só viria ocorrer em 2012, quando a juíza federal Solange Salgado exarou documento exigindo sua presença junto do GTA, corpo pericial composto, maciçamente, por médicos legistas, auxiliados por geólogos e cartógrafos, na busca pelos desaparecidos.

O processo, todavia, deve-se ao esforço das famílias na busca por respostas ao vazio da não narrativa criada pelo Estado. As primeiras caravanas de familiares à região foram organizadas ainda durante o regime, nos anos 1980 (TELLES, 2005; PEIXOTO, 2011). Em 1982, parentes de guerrilheiros instauraram processo contra a União, pedindo à Justiça documentos comprobatórios das mortes e atestados de óbitos. Sem resposta, em 1991, por conta própria, e acompanhados por membros da EAAF, realizaram escavações no Cemitério de Xambioá e outras localidades (EAAF, 1996-

7), resultando na posterior identificação (1996) de Maria Lúcia Petit, a “Maria”. Em 1996, os remanescentes esqueléticos de Bergson Gurjão Farias, o “Jorge”, foram localizados, identificados por DNA em 2009. Em 2001, a EAAF realizou mais uma etapa de campo, em quatro locais distintos, a pedido de familiares e da Procuradoria da República (EAAF, 2001). No mesmo ano, já com apoio da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, arqueólogos do Museu Paraense Emílio Goeldi realizaram escavações pontuais na região.

Com a redemocratização, entidades de direitos humanos passaram a pressionar os governos e somente em 1995 a Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) exigiu, do país, cumprimento ao direito à informação, a partir de ação movida pelos parentes para localização e esclarecimento de circunstância de morte, em 1982, considerada procedente somente em 1992 (TELES, LISBOA, 2012). Em 2003, a 1ª Vara do Distrito Federal ordena quebra de sigilo das informações militares em um prazo de 120 dias; no mesmo ano, a Advocacia-Geral da União apela da sentença que determina a abertura dos arquivos; em outubro, o governo Lula cria uma comissão interministerial para localização dos desaparecidos, solicitando documentos que nunca foram entregues.

Em 2009, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA condena o governo brasileiro por detenção arbitrária, tortura e desaparecimento de 70 pessoas (guerrilheiros, moradores e camponeses) durante a ditadura, o que resulta na organização do GTT pelo Ministério da Defesa. Em 2010, a Corte acata a denúncia da Comissão e condena o Estado por utilizar a Lei da Anistia como pretexto para não julgar militares envolvidos na repressão à guerrilha. Em 2011, cria-se o GTA através de portaria interministerial (Secretaria de Direitos Humanos, Ministério da Justiça e Ministério da Defesa), com objetivo de localizar desaparecidos.

Concomitantemente, diversos países da América Latina encabeçaram, nos anos 1980, processos de justiça transicional, com investigações em contextos repressivos, com destaque a bem sucedida empreitada da EAAF, nascida em 1985 (FONDEBRIDER, 2008; ZARANKIN, SALERNO, 2008). Mais recentemente, foram formadas a Equipe Peruana de Antropologia Forense (EPAF), a Equipe Colombiana Interdisciplinar de Trabalho Forense e Assistência Psicossocial (EQUITAS), a Fundação de Antropologia Forense da Guatemala (FAFG), o Grupo de Investigação em Arqueologia Forense do Uruguai (GIAF) e a Equipe Mexicana de Antropologia Forense (EMAF), enquanto instituições não governamentais ou ligadas ao Estado.

Em julho de 2013, o Brasil assinou portaria, junto da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, para a criação do Grupo de Arqueologia e Antropologia Forense (GAAF) para casos de desaparecidos políticos associados ao período da

ditadura entre 1964 e 1985, com duração de um ano, podendo ser renovada. O GAAF, todavia, ainda não realizou nenhuma ação prática. Este longo e duro caminho para resolução dos crimes da ditadura, para o acesso às informações, para compreender o aparelho de repressão montado pelo regime, é fruto da credibilidade dada aos relatos de ex-presos e familiares sobre eventos ocorridos durante os anos 1960 e 1980. É, portanto, uma arqueologia do crível.

ARQUEOLOGIAS DO VIVÍVEL

Antônio Carvalho (RIBEIRO, 1996) definiu o “vivível” como o que torna a vida praticável, pensável. Se a Arqueologia pode construir “memórias materiais” para a materialização de lembranças, saber e conhecer para não esquecer, compreender sem perdoar, na concepção de Hannah Arendt, ela pode, por isso, colaborar para tornar a vida pensável, auxiliando desfechos através do fim da angústia do inacabado, do devir eterno do desaparecimento. Neste sentido, torna psicologicamente e materialmente a vida viável e, assim, vivível (*livable*). A construção de uma “memória material”, que pode ser tocada, ouvida, experimentada, que pode tornar-se símbolo de sofrimento, como propõem Zarankin e Niro (2010), que asseguram credibilidade à memória, ou são parte do encerramento de uma vida de luta (TELES, LISBOA, 2012), conforma uma das arqueologias possíveis do crível.

Diferentes agentes construíram táticas distintas para tornar a vida vivível após os processos desencadeados pela repressão à guerrilha no Bico do Papagaio. O evento do desaparecimento de entes queridos, uma situação-limite, desencadeou processos de reconstrução do mundo e da vida de familiares de desaparecidos políticos na guerrilha do Araguaia (SOUSA, 2011). Camponeses da região, migrantes advindos de sucessivas expulsões de suas terras, criaram mitos e lendas, na tentativa de dar sentido às mudanças em seu mundo cotidiano, às rupturas em um mundo que existia até então na fronteira da Amazônia oriental (MONTEIRO, 1974; SADER, 1990; VELHO, 1995).

O corpo é uma das mais fortes representações da materialidade em contextos repressivos, tanto no sentido de seu potencial em criar provas materiais para crimes, como enquanto *locus* privilegiado sobre o qual a repressão agia (SALERNO, 2009). No Araguaia, uma das estratégias militares estava em mostrar aos moradores os corpos machucados, mutilados e inanimados de alguns guerrilheiros mitificados e heroificados ainda em vida. Osvaldo Orlando da Costa, o “Osvaldão”, tornava-se lobisomem, fumaça para escapar, era protegido da mãe d’água e de outras divindades amazônicas; teria sido enterrado no interior da base de Xambioá e seu corpo pendurado em um helicóptero e exposto a amigos e conhecidos; Dinalva Conceição Oliveira Teixeira, a

“Dina”, desfazia-se em borboletas, e, como Osvaldão, por isso nunca era capturada, ludibriando as mais complexas manobras militares, já que, nos relatos orais sobre sua memória, não andava, flutuava (STUDART, 2006; MACIEL, 2011).

O imaginário social também construiu narrativas de representação para as realidades vividas, tornando crível, aos moradores do Araguaia, a bravura e os símbolos de resistências, materializados, tornados palpáveis. Ainda cantam-se odes aos heróis em locais recônditos da mata, como táticas de reconstruções de mundo por representações que permitiram dar sentido e continuidade à vida após a repressão. Também deste modo, a arqueologia pode propor narrativas e memórias materiais para uma vida praticável, tornando crível planos para o vivível, mesmo a partir de materialidades ausentes (CAZDYN, 2013).

Apesar de seu papel fundamental na localização dos mortos, é no esclarecimento aos vivos dos episódios ocorridos, reconsiderando o sentido etimológico de “forense”, que a Arqueologia pode apaziguar a dor do desaparecimento, do não saber, do imaginar e do elucubrar. Ao debruçar-se sobre a paisagem, os lugares, a arquitetura, o uso do espaço, os vestígios materiais (também os não esqueléticos) associados ao contexto da ditadura cívico-militar, mergulha no simbolismo de lugares de memória e esquecimento (CARR, JASINSKI, 2013) e nas táticas para continuidade da vida após a violência, auxiliando na materialização e construção de histórias por narrativas que se opõem ao silêncio institucional, legitimado pela máquina estatal, sobre o episódio da Guerrilha do Araguaia. Mais do que arqueologias forenses ou da repressão e da resistência, traz-se à tona o sensível (BEZERRA, 2013), de forma simétrica (WITHMORE, 2007), da materialidade *au combat* às não narrativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, A. D. *Identidade e subjetividade no discurso acadêmico: explorando práticas discursivas*. Fortaleza: Ed. UECE/UFC, 2003.

ARENDDT, H. *Compreender: formação, exílio e totalitarismo (ensaios)*. Belo Horizonte: Ufmg, 2008.

ATALAY, S. “Indigenous Archaeology as Decolonizing Practice”. *The American Indian Quarterly*, V. 30, N. 3-4, p. 280-310, 2006.

BARAYBAR, J. P.; BLACKWELL, R. *Where Are They? Missing, Forensics And Memory*. No prelo.

BARTHES, R. *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes, 2008.

BAUER, C. *Avenida João Pessoa, 2050 - 3º Andar: terrorismo de estado e ação de polícia política do departamento de ordem política social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Dissertação (mestrado), UFRG, 2006.

BAUER, C. *Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países*. Tese (doutorado), UFRGS, 2011.

BEZERRA, M. A. “Bicho de Nove Cabeças: Os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil”. *Revista de Arqueologia*, v. 21, n. 2, 2008.

BEZERRA, M. “Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia”. *Revista de Arqueologia Pública*, n. 7, pp. 107-122, 2013.

BHABHA, H. *O local da cultural*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BOEHS, A. E. “A narrativa no mundo dos que cuidam e são cuidados”. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 8, n. 3, p. 5-10, julho 2000.

BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

BROCKMEIER, J. “Remembering and Forgetting: Narrative as Cultural Memory”. *Culture & Psychology*, Março 2002 8: 15-43, 2002.

BUCHLI, V.; LUCAS, G. (eds.) *Archaeologies of the contemporary past*. Londres: Routledge, 2001.

CALDARELLI, Solange B. A arqueologia como profissão. In: MENDONÇA DE SOUZA, S. M. F. (org.) Anais do IX Congresso Anais do IX Congresso Anais do IX Congresso Anais do IX Congresso de Arqueologia Brasileira de Arqueologia Brasileira de Arqueologia Brasileira de Arqueologia Brasileira [CD ROM], [Rio de Janeiro], SAB, agosto/2000. CAMPOS FILHO, R. *A Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2003.

CARR, G.; JASINSKI, M. Sites of Memory, “Sites of Oblivion: The archaeology of twentieth century conflict” in Europe. BASSANELLI, M.; POSTGLIONE, G. (org.) *Re-enacting the Past: Museography for Conflict Archaeology*, Siracuse: Lettera Ventidue, 2013.

CARVALHO, A. V.; FUNARI, P. P. A. “Arqueologia forense como arqueologia pública: estado da arte e perspectivas para o futuro no Brasil”. CARVALHO, A. V.; FUNARI, P. P. A.; PRADO, I. S.; SILVA, S. F. M. (ed.) *Arqueologia, democracia e direito*, p. 11-29, Erichim: Habilis, 2009.

CAZDYN, E. *Semiology of a Disaster or, Toward a Non-Moralizing Materialism*.

Scapegoat: Architecture, Landscape, Political Economy, Issue 02, p. 32-34, 2013.

CHAKRABARTY, D. *Provincializing Europe*. Princeton, 2000.

COLWELL-CHANTHAPHON, C. Myth of the Anasazi: Archaeological Language, Collaborative Communities, and the Contested Past. *Public archaeology*, v. 8, n. 2-3, 191-207, 2009.

DE CERTEAU, M. *Cultura no plural*. Petrópolis: Vozes, 1994.

EQUIPO ARGENTINA DE ANTROPOLOGÍA FORENSE. *1996-97 Biannual Report*, p. 43-49, 1996-97.

EQUIPO ARGENTINA DE ANTROPOLOGÍA FORENSE. *EAAF 2006 Annual Report*, p. 58-61, 2006.

FERREIRA, L. M. “Quieta non movere: arqueologia comunitária e patrimônio cultural”. FUNARI, P. P. A.; CARVALHO, A. *Patrimônio cultural, diversidade e comunidades*. Campinas: Unicamp/Primeira Versão, p. 17-38, 2011.

FIORIN, J. L. “A pessoa desdobrada”. *Alfa*, São Paulo, 39: 23-44, 1995.

FONDEBRIDER, L. “Arqueologia e antropologia forense: um breve balanço”. FUNARI, P. P. A.; ZARANKIN, A.; REIS, J. A. (org.) *Arqueologia da Repressão e da Resistência. América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, pp. 151-160, 2008.

FONDEBRIDER, L. “Reflections on the scientific documentation of human rights violations”. *IRRC*, v. 84, n. 848, pp. 889-891, 2005.

FREIDONS, E. “Parauma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais”. *Anais da Anpocs*, Caxambu, 1995.

FUNARI, P. P. A. “Desaparecimento e emergência dos grupos subordinados na arqueologia brasileira”. *Horizontes Antropológicos*, v.8, n.18, pp. 131-153, 2002.

GASSIOT, E. et al. “The Archaeology of the Spanish Civil War: Recovering Memory and Historical Justice”. In: HAMILAKIS, Y.; DUKE, Ph. (eds.) *Archaeology and Capitalism. From Ethics to Politics*. Walnut Creek: Left Coast Press, pp. 84-102, 2007.

GASSIOT, E. “Non son solo huesos. El rol de la arqueología forense y la lucha contra la impunidad”. *Entramundos - Diálogo interdisciplinar para la reconstrucción de la memoria histórica*. Barcelona: Asociación Argentina contra la Impunidad, pp. 106-121, 2012.

GNECCO, C. “Camino de la Arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad”.

Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 4, n. 1, p. 15-26, jan.- abr. 2009

GONZALEZ-RUIBAL, A. “Arqueología de la Guerra Civil Española”. *Complutum*, v. 19, n. 2, p. 11-20, 2008.

GONZALEZ-RUIBAL, A. et alii. “Arqueología del fascismo en Etiopía (1936-1941)”. *EBRE* 38, pp. 233-254, 2010.

GONZALEZ-RUIBAL, A. “The past is tomorrow. Towards and Archaeology of the vanishing past”. *Norwegian Archaeological Review*, v. 39, n. 2, p. 110-125, 2006.

GONZÁLEZ-RUIBAL, A.; HERNANDO, A. “Genealogies of Destruction: an archaeology of contemporary past in the Amazon Forest”. *Archeologies*, v. 6, issue 1, p. 5-28, 2010.

GOSDEN, C. *Archaeology and colonialism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

GOSDEN, C. “What do object want?” *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 12, nº 3, pp. 193-211, 2005.

GRAVE-BROWN, P. “Touching from a Distance: alienation, abjection, estrangement and Archaeology”. *Norwegian Archaeological Review*, v. 44, n. 2, 2011.

HAAS, Peter. “Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination”. *International Organization*, v.46, no.1, p.1-35, 1992.

HABER, A. “Arqueologia, Fronteira, Indisciplina”. *Habitus*, v. 9, n. 1, 2009.

HARRISON, R.; SCHOFIELD, J. “Archaeo-ethnography, auto-archaeology: introducing archaeologies of the contemporary past”. *Archeologies*, v. 5, n. 2, p. 185-209, 2009.

HERING, F. A. . M. I. “Rostovtzeff e uma Arqueologia Nacionalista do Sul da Rússia - ou dos usos ideológicos da narrativa de Heródoto”. *LPH (UFOP)*, v. 11, p. 17-32, 2002.

HODDER, I. “Archaeological Reflexivity and the ‘Local’ Voice”. *Anthropological Quarterly*, v. 76, n. 1, pp. 55-69, 2003.

HOLLOWELL, J.; NICHOLAS, G. “Using Ethnographic Methods to Articulate Community-Based Conceptions of Cultural Heritage Management”. *Public Archaeology: archaeological ethnographies*, Vol. 8 No. 2-3, pp. 141-160, 2009.

JOYCE, R. (org.) *The Languages of Archaeology: Dialogue, Narrative, and*

Writing. Oxford: Blackwell, 2002.

KOHL, P. L. "Nationalism and Archaeology: on the Constructions of Nations and the Reconstructions of the Remote Past". *Annual Review of Anthropology*, v. 27, p. 223-246, 1998.

KOJAN, D.; ANGELO, D. "Dominant narratives, social violence and the practice of Bolivian archaeology". *Journal of Social Archaeology*, v. 5, n. 3, pp. 383-408, 2005.

KOPYTOFF, I. "A biografia cultura das coisas: a mercantilização como processo". APPADURAI, A. (ed.) *A vida social das coisas*. Niterói: Eduff, pp. 81-121, 2008.

LANGDON, E. J. L. "Shamanism, narratives and structuring of illness". *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 187-214, out. 1997.

LIPE, W. D. "Public benefits of Archaeological Research". LITTLE, B. (org.) *Public benefits of Archaeology*. Florida: University Press of Florida, p. 20-28, 2002.

MACIEL, L. *Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente*. Salto: Schoba, 2011.

MAGUIRE, P. F.; CARVALHO, A. V. "Campos de concentração na Guerra Civil Espanhola: novas possibilidades para a arqueologia da repressão". LINO, J. T.; FUNARI, P. P. A. (org.) *Arqueologia da Guerra e do Conflito*. Erixim: Habilis, p. 231-254, 2013.

MARTINS FILHO, J. R. *A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares*. Texto preparado para o congresso da Associação de Estudos Latino-americanos, Dallas, Texas, pp. 27-29, de março de 2003.

McGUIRE, R. "Archaeology as political action. Class Confrontations in Archaeology", *Historical Archaeology* 33, n. 1, 1999.

McMANAMON, F. "Archaeological messengers and messengers". *Public Archaeology*, 1(1), 5-20, 2000.

MESKELL, L. "Human Rights and Heritage Ethics. *Anthropological Quarterly*", Vol. 83, No. 4, pp. 839-860, 1998.

MONTEIRO, D. T. *Os errantes do novo século*. Livraria duas cidades, 1974.

MULLINS, P. *Archaeologies of Prosaic Materiality and Traumatic Heritage*. 2012. Disponível em <http://paulmullins.wordpress.com/tag/terrscapes/>. Acessado em 16 03 2014.

NOSSA, L. *Mata! O Major Curió e a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

OLAND, M.; HART, S.; FRINK, L. (ed.) *Decolonizing Indigenous Histories: Exploring Prehistoric/Colonial Transitions in Archaeology*. Tucson: University of Arizona Press, 2012.

OLSEN, B. "Material Culture after Text: Re-Membering Things". *Norwegian Archaeological Review*, v. 36, n. 2, p. 87-104, 2003.

PEIXOTO, R. C. D. "Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois". *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 6, n. 3, p. 479-499, set.-dez. 2011.

PEIXOTO, R. C. D. "Memória, verdade e justiça: reconhecendo abusos do passado e do presente no Bico do Papagaio". *Novos Cadernos NAEA*, v. 16, n. 2, p. 225-253, 2013.

PLUCIENNIK, M. "Archaeological Narratives and Other Ways of Telling". *Current Anthropology* Vol. 40, No. 5, pp. 653-678, (December/1999).

POLITIS, G. G. "The Theoretical Landscape and the Methodological Development of Archaeology in Latin America". *American Antiquity*, V. 68, N. 2, pp. 245-272, 2003.

REÁTEGUI, Félix (org.). *Justiça de Transição: Manual para a América Latina*. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça, 2011.

RIBEIRO, D. Entrevista a Antônio Machado de Carvalho. *Revista Presença Pedagógica*, março/abril 1996.

RICOEUR, P. *A memória, a história e o esquecimento*, Paris, Éd. Du Seuil, 2000.

ROWLANDS, M. "The Politics of identity in Archaeology". BOND, G. C.; GILLIAM, A. (org.) *Social Construction of the Past: Representation as Power*. Londres: Routledge, 1994.

SADER, R. "Lutas e imaginário camponês". *Tempo Social*, v. 1, 1990.

SAID, E. *Orientalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

SALERNO, M. "A construção da categoria 'subversivo' e os processo de remodelação de subjetividade através do corpo e do vestido (Argentina, 1976-1983)". CARVALHO, A. V.; FUNARI, P. P. A.; PRADO, I. S.; SILVA, S. F. M. (ed.) *Arqueologia, democracia e direito*. Erichim: Habilis, pp. 103-140, 2009.

SCHINCARIOL, R. L. F. C. "A Comissão da Verdade no Brasil". In: *IV Seminario Políticas de la Memoria: Ampliación del campo de los derechos humanos. Memórias y Perspectivas*, Buenos Aires. Memórias y Perspectivas, 2011.

SHANKS, M. "The life of an artifact". *Fennoscandia Archaeologica*, n. 15, p. 15-42, 1997.

SILVA FILHO, J. M. et. al. (org.) *Justiça de transição nas Américas*. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

SILVA, S. F. S. M. et. al. "Estudo de problemas preliminares vinculados à existência da arqueologia forense e antropologia forense no Brasil". *Clio Arqueológica*, v. 27, n. 1, 2012.

SOUSA, D. M. *Lágrimas e lutas: a reconstrução do mundo de familiares de desaparecidos políticos do Araguaia*. Tese (doutorado), UFSC, 2011.

STUDART, Hugo. *A Lei da Selva – Estratégias, Imaginário e Discurso dos Militares sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração, 2006.

TEITEL, R. "Transitional Justice Genealogy". *Harvard Human Rights Journal*, v. 16, p. 69-94, 2003.

TELES, J. A. "A abertura dos arquivos da ditadura militar e a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil". *Anais Direito, Censura e Imprensa após a vigência da Constituição Federal de 1988*, 2005.

TELES, M. A. A.; LISBOA, S. K. "A vala de Perus: um marco histórico na busca da verdade e da justiça!" *Vala clandestina de Perus*. São Paulo: Instituto Macuco, p. 51-102, 2012.

TRIGGER, B. "Alternative archaeologies: nationalist, colonialist, imperialist". *Man*, v. 19, n. 3, p. 355-370, 1984.

VELHO, O. *Besta-fera: recriação do mundo : ensaios críticos de antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

VOSS, Barbara L. "Matter out of time: the paradox of the 'Contemporary Past'". *Archaeologies*, p. 181-192, 2010.

WEISSEL, M. "A needle in a haystack: Buenos Aires Historical Archaeology". *SAA Archaeological Record*, 3(4), 28-30, 2003.

WHITE, R. *Meta-história*. São Paulo: Edusp, 1995.

WITHMORE, C. L. "Symmetrical Archaeology: Excerpts of a Manifesto". *World Archaeology*, vol. 39, No. 4, pp.546-562, 2007.

ZARANKIN, A.; FUNARI, P. P. A. "Eternal Sunshine of the Spotless Mind: Archaeology and Construction of Memory of Military Repression in South

America (1960-1980)". *Archaeologies*, v. 4, p. 310-327, 2008.

ZARANKIN, A.; FUNARI, P. P. A. "Brilho Eterno de uma mente sem Lembranças: arqueologia e construção da memória da repressão na América do Sul (1960-1980)". CARVALHO, A. V. et alii. (org.) *Arqueologia, direito e democracia*. Erechim: Habilis, p. 31-50, 2009.

ZARANKIN, A.; NIRO, C. "A materialização do sadismo: a arqueologia da arquitetura dos centros clandestinos de detenção da ditadura militar argentina (1976-1983)". *Revista Internacional de Direito e Cidadania*, n. 6, p. 17-32, 2010.

ZARANKIN, A.; SALERNO, M. "Después de la tormenta. Arqueología de la represión en América Latina". *Complutum*, v. 19, 2: 21-32, 2008.

ZIMMERMAN, L. "Liberating Archaeology: Liberation Archaeologies and WAC". *Archaeologies*, volume 2 Number 1, p. 87-98, 2006.